



Banco Grameen e Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma Análise Comparativa

Erika Campanharo de Moraes, Arnaldo Mazzei Nogueira,

Regina Maria da Luz Vieira,

Pontifícia Universidade Católica,

São Paulo, Brasil

E-mail: erika_campanharo@yahoo.com.br,

ajnogueira@pucsp.br, regiluzvieira@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) em comparação com a do Banco Grameen, indicando um campo fértil de experiências do microcrédito que abre a possibilidade de alternativas à redução da desigualdade social e ao aumento de oportunidades de geração de renda e trabalho aos segmentos da base da pirâmide. O tema se insere nas áreas de Economia Social e Solidária (ESS) e Gestão Social. Tendo como base uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o Banco Grameen e o Banco Palmas, foi possível descrever características de atuação do banco pioneiro em operação com microcrédito, o Banco Grameen, e também particularidades de atuação de BCDs no Brasil. Assim, constatou-se que há diferenças no modo de operação entre o primeiro banco e os BCDs brasileiros, embora a essência de atuação seja a mesma, isto é, fomentar a comunidade local para melhorar a qualidade de vida de seus moradores. Esta pesquisa evidencia que nestes modos de organização e negócio, o respeito à cultura e às necessidades locais devem prevalecer em contraponto à imposição de regras de atuação baseadas em interesses externos ao das comunidades.

Palavras-chave: Economia Social e Solidária, Negócios Sociais, Microcrédito, Banco Grameen, Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Recebido em: 15/08/2014

Aceito em: 10/12/2015



Grameen Bank and Community Development Banks: A Comparative Analysis

Erika Campanharo de Moraes, Arnaldo Mazzei Nogueira,

Regina Maria da Luz Vieira,

Pontifícia Universidade Católica,

São Paulo, Brasil

E-mail: erika_campanharo@yahoo.com.br,

ajnogueira@pucsp.br, regiluzvieira@gmail.com

Abstract: The purpose of this paper is to show the work of Community Development Banks (BCDs) as compared to the original Grameen Bank, indicating a fertile field of microcredit experiences that opens up the possibility of alternatives to reducing social inequality and increased opportunities for income and work to segments at the base of the pyramid. So the topic is included in the areas of Social and Solidarity Economy (ESS) and Social Management. Based on a bibliographical and documentary research on the Grameen Bank and the Banco Palmas, it was possible to describe pioneering bank performance characteristics in operation with microcredit, Grameen Bank, and also BCDs working characteristics in Brazil. It was found that there are differences in the operating mode between the first bank and the Brazilian BCDs, although the essence and purpose is the same: encouraging the local community to improve the quality of life of its residents. This research shows that in the ways of organization and business, respect for culture and local needs should prevail as opposed to imposing based performance rules based on outside interests to communities.

Keywords: Social and Solidarity Economy, Social Business, Microcredit Grameen Bank, Community Development Banks.

Received: 15/08/2014

Accept: 10/12/2015

INTRODUÇÃO

Os bancos comunitários de desenvolvimento e outras experiências como as do banco Grameen caminham na contracorrente do capitalismo financeiro predominante, que além das estratégias de hipervalorização financeira, condicionaram o acesso ao mercado capitalista através do crédito. Trazer a base da pirâmide para participar do capitalismo através do crédito ou mesmo da revisão dos negócios voltados às suas demandas é uma aposta dentro da ordem financeira no qual a heteronomia e a dependência das comunidades e das pessoas é sua característica essencial. As experiências que este artigo retrata são opostas a esta e valoriza no processo de relação social com os bancos um outro modo, independente e autônomo de relacionamento. Talvez residam exatamente neste ponto acima as principais diferenças quando se buscam alternativas de relacionamento da sociedade com os bancos. Outros bancos são possíveis? A resposta parece que sim.

A finalidade deste artigo é investigar como atuam e quais as características principais dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) e também quais as semelhanças e particularidades em relação ao Banco Grameen, pioneiro na concessão de microcrédito.

O caminho seguido para discutir estas questões inicia-se com uma breve explicação sobre a Economia Social e Solidária (ESS), uma vez que essa atividade econômica está intrinsecamente relacionada ao funcionamento dos BCDs. Em seguida, é explicitada a noção de Negócios Sociais própria da atuação do Banco Grameen. E em terceiro lugar discute-se a atuação dos BCDs, que oferecem serviços e produtos bancários à população de baixa renda. A comparação entre as duas experiências de gestão social revela diferenças nos aspectos da autonomia e participação da comunidade, mas semelhanças e finalidades comuns de acesso e redução da desigualdade social.

1. Economia Social e Solidária

Economia Social e Solidária (ESS) é um conceito evidenciado no século XX e refere-se à ideia de solidariedade no sistema produtivo, bem como à organização de produtores, prestadores de serviços, consumidores, poupadores, credores, os quais se baseiam nos princípios democráticos e igualitários da autogestão. A ESS visa promover a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo, baseada nos princípios democráticos e igualitários da autogestão, promovendo a solidariedade e a justiça entre os membros da organização e todos os demais envolvidos no sistema produtivo (Singer, 2003).

Esta economia reúne também ONGs e empresas sem fins lucrativos, o chamado Terceiro Setor, cujos princípios remetem às ações assistenciais, de proteção social e caridade da Igreja Católica, voltadas aos grupos sociais mais desfavorecidos como idosos, doentes, pessoas com deficiência, vítimas da pobreza, crianças e etc. Enfim, o conceito de Economia Social vincula-se ao paradigma da gestão social e cultura organizacional, que ainda estão em construção (Dowbor, 2013). Envolve diversos agentes na área econômica, buscando principalmente suprir a insuficiência do setor público e também do setor privado com relação às diversas demandas sociais não atendidas nas áreas de saúde, educação, emprego e renda. Ela engloba o conjunto das empresas de livre adesão e autonomia de decisão, democraticamente organizadas, com personalidade jurídica própria.

De acordo com a Agência para Modernização Administrativa do governo de Portugal, o intuito da criação da ESS é satisfazer as necessidades dos seus membros no mercado produzindo bens e serviços nas quais a eventual distribuição dos excedentes de exercício e a tomada de decisões não estão ligadas ao capital individual dos membros, que terão um voto cada. Nela se incluem as cooperativas, as mutualidades, as associações e as fundações, bem como empresas sociais e entidades voluntárias não lucrativas que produzam serviços de não mercado para as famílias cujos eventuais excedentes não podem ser apropriados pelos agentes econômicos que as criaram, controlam ou financiam. Portanto, seus objetivos passam necessariamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integral da comunidade e do ser humano.

Em sua situação histórica, a ESS aparece em momentos e de forma diferente para cada país, porém, a primeira cooperativa de produção foi fundada em 1956 por José Maria Arizmendiarrreta, no país Basco, na Espanha. Entusiasta do solidarismo cristão e comovido com o desemprego e a precarização salarial do país, este modelo econômico ajudou a fundar uma montadora de fogões e geladeiras de grande sucesso e que retomou a prática da autogestão com muita autenticidade (Singer, 2003).

No Brasil, esta economia surge a partir da experiência comunitária do Conjunto Palmeiras, num bairro da periferia de Fortaleza, no Estado do Ceará. Trata-se do banco Palmas, gerador de microcrédito para a população de baixa renda, sendo assim, fonte de crédito para o consumo e a produção local. Já o conceito da ESS se solidificou a partir do I Fórum Social Mundial, realizado no Brasil, em 2001, com a articulação de vários fóruns locais e regionais em busca de relações de colaboração solidária, influenciadas por valores culturais que tem o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, ao invés da acumulação de riqueza em geral e de capital particular (FBES, 2013).

No que diz respeito aos seus objetivos, a ESS visa não apenas a construção de um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo - em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos -, mas que também possibilite uma vida comunitária sustentável. De forma ampla, a ESS busca a promoção da qualidade de vida das pessoas que deles se valem, bem como propiciar maior bem-estar duradouro para a sociedade. Para tanto, os diversos modelos de empreendimentos solidários que compõem o movimento se embasam na apropriação coletiva dos meios de produção e no trabalho associado. Inclui a autogestão, a democracia e a igualdade, visando o desenvolvimento humano permeado por relações justas e solidárias, dentro e fora do trabalho.

2. Negócios Sociais

Antes da descrição dos negócios sociais, é importante destacar o papel dos empreendedores sociais, que em si são inovadores, que focam em possibilidades e não problemas, para provocar mudanças na sociedade. Eles não se limitam aos recursos que possuem e sua motivação advém de objetivos sociais, além de benefícios materiais. Com frequência, possuem grande habilidade no manejo de suas atividades, a partir do mínimo, criando formas inovadoras de promoção de bem-estar, saúde e habitação. Essas atividades são tanto de baixo custo quanto efetivas, se comparadas aos serviços governamentais tradicionais. A missão desses empreendedores não tem como objetivo central a geração de lucro, mas sim o impacto social. Caracterizando-os como agentes desta transformação, de forma visionária, eles se empenham em inspirar a sociedade com as suas ideias e a se movimentar para colocá-las em prática.

O termo empreendedor social refere-se a indivíduos que combinam pragmatismo, compromisso com resultados e visão de futuro para realizar profundas transformações sociais. Esse termo foi introduzido pelo americano Bill Drayton, fundador e presidente da Ashoka, uma organização internacional sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, trabalho e apoio aos empreendedores sociais. A instituição foi criada na Índia e está presente em mais de 60 países, contando com uma ampla rede de empreendedores sociais, aglutinando protagonismo, transformação e empatia em diversas esferas na sociedade.

Neste sentido, o empreendedorismo social e os negócios sociais buscam soluções inovadoras para problemas sociais, econômicos e ambientais, visando uma transformação em larga escala. Na definição de Yunus, segundo Spiegel (2010), um negócio social é uma empresa sem perdas nem dividendos, que deve gerar lucro para ser usado na melhoria ou expansão da empresa, sempre buscando atingir a missão social. Yunus fundou o Banco Grameen, em Bangladesh, na década de 1970, cujo objetivo central era oferecer microcrédito para que a população de baixa renda pudesse empreender seus próprios negócios e superar a pobreza.

Carolina Bohórquez Herrera (2013), em sua dissertação de mestrado sobre Negócio Social, analisa os conceitos utilizados para definir negócios sociais em países da Ásia, Europa, América Latina e Estados Unidos. Em seu trabalho, foi possível concluir que há diversas definições para esse modelo de negócio. Em alguns países asiáticos, o modelo está direcionado pelo Estado, devido a uma questão histórica e sócio cultural. Já em países da Europa, é marcante a convicção de busca pelo interesse coletivo, por meio de associações e, neste sentido, a criação de empresas sociais é parte da cultura da região. Os Estados Unidos consideram basicamente duas correntes, sendo que uma delas são os negócios inclusivos, direcionados para a base da pirâmide, e os negócios sociais, considerados como empresas híbridas, que visam questões sociais e permitem que os investidores participem nos dividendos. Países da América Latina, incluindo o Brasil, são direcionados por três correntes: uma bastante influenciada pelos Estados Unidos enquanto negócios inclusivos, outra baseada nos preceitos de Yunus e, uma terceira, que corresponde aos negócios sociais da chamada Economia Solidária, herdada dos conceitos europeus de Economia Social.

Brouard & Larivet, em 2010, após pesquisa em bibliografias publicadas na língua inglesa e francesa, definem negócios sociais como “organizações que exercem missões ou propósitos sociais que operam para criar benefício da comunidade, independentemente de propriedade ou estrutura jurídica e com diferentes graus de autossuficiência financeira, de inovação e sociais.” (Brouard & Larivet, 2010 apud Lima, 2013).

Já Comini e Teodósio (2012) definem negócios sociais como empresas “que buscam solucionar problemas sociais com eficiência e sustentabilidade financeira, utilizando mecanismos de mercado”. Esses autores realizaram pesquisa com 698 respondentes em oito cidades do Estado de Minas Gerais, em 2010, durante seminários realizados pelo FIEMG e, quando perguntado aos respondentes porque brasileiros pobres têm dificuldade em criar negócios sustentáveis e rentáveis, a segunda maior resposta recebida foi a falta de crédito com baixas taxas (seguida pela percepção de que a baixa qualificação é a primeira causa).

3. Crédito, Microcrédito e o Banco Grameen

Segundo Ventura, em 2008:

os primeiros registros de crédito foram realizados na Grécia Antiga, que herdara a técnica bancária aplicada pelos povos do Mediterrâneo. Em Roma, o crédito passou a ser usado em suas mais modernas formas e estabeleceu suas bases de crédito através da legislação de Justiniano, a qual até os dias de hoje fundamenta os nossos modelos de microcrédito (Ventura, 2008 apud Ribeiro, 2009).

Por sua vez, Rizzardo, em 2008, define crédito como “toda operação monetária pela qual se realiza uma prestação presente contra a promessa de uma prestação futura.” (Rizzardo, 2008 apud Ribeiro, 2009).

Supõe-se que pequenas quantias de crédito também pudessem ser concedidas durante toda a nossa história, porém, esse conceito ficou amplamente conhecido e se propagou com a experiência realizada pelo fundador do Banco Grameen, na década de 1970, Muhammad Yunus (Ribeiro, 2009). Doutor em Economia pela Faculdade Vanderbilt, em Nashville, Tennessee, EUA e chefe do departamento de Economia na Faculdade de Chittagong, em Bangladesh, abandonou as teorias aprendidas e em 1974 passou a observar a vida dos pobres em seu país para entender uma verdadeira economia (Yunus, 2011).

Yunus mostrou ao mundo que as pessoas da base da pirâmide são ótimas tomadoras de crédito e que qualquer incursão no mercado de microcrédito necessita de uma metodologia diferenciada. A partir do Banco Grameen, diversas outras instituições em diferentes países começaram a trabalhar com o microcrédito como é o caso do Bank Rakyat, em 1984 na Indonésia; o Bancosol, em 1986 na Bolívia; a Corposol, em 1988 na Colômbia; a FOSIS, em 1991 no Chile (Ribeiro, 2009).

Conhecido como o “banqueiro dos pobres”, Yunus afirma que para criar o Banco Grameen ele observou como os outros bancos funcionavam e fez exatamente o contrário. Ele chama as mulheres pobres que observou e conviveu na aldeia de Jobra, como Sufia Begum, que vivia com dois centavos de dólar por dia, de “minhas mestras” (Spiegel, 2010, Yunus, 2011).

Durante três anos Yunus (2011) fez experimentos para o seu projeto de criar um banco de microcrédito para os pobres e miseráveis e, a partir das conclusões, foram estabelecidas algumas características do Banco Grameen para conceder empréstimo. Uma delas é a habilidade de sobreviver em condições difíceis em oposição à garantia por bens materiais. Yunus afirma que uma pessoa sem oportunidades, quando a recebe, faz de tudo para mantê-la. A diferença de gênero também foi relevante, pois Yunus percebeu que as mulheres restituem quase 100% do crédito enquanto os homens, em iguais condições, restituem 85% (Spiegel, 2010). Além disso, Yunus (2011) identificou que as mulheres, em condições desfavoráveis em Bangladesh, quando recebem um crédito, procuram aproveitar ao máximo a oportunidade e garantir a independência financeira. Elas utilizam o dinheiro primeiramente para beneficiar os filhos e a manutenção da casa, ao contrário dos homens, que costumam investir o dinheiro primeiro para benefício deles mesmos. Concluiu também que a realização de pagamentos diários ou semanais facilita o pagamento da dívida, uma vez que o valor da parcela fica menor (em comparação com parcelas

mensais) e por ser um meio de identificar se o tomador de crédito conseguirá ou não devolver o empréstimo.

O Banco Grameen não trabalha com doação e sim com empréstimo, mesmo que seja necessário renegociar o prazo de pagamento ou então conceder outro empréstimo para facilitar o pagamento do primeiro. Yunus afirma que é humilhante para os pobres uma doação e que a “autodescoberta” e “autoexploração” são motivadoras. Outro fator é a questão do grupo, que é uma condição importante para a tomada de um empréstimo, que resulta em controle mútuo, colaborativo e eficiente. Com relação às transações, todas são realizadas em espaços públicos e com o máximo de transparência, para gerar confiança entre as partes, além da simplicidade nos processos que favorece o acesso de analfabetos, já que não há necessidade de preenchimento de formulários. A não interferência sobre a finalidade do crédito permite uma diversidade de atuação favorável ao desenvolvimento da comunidade. Para facilitar o acesso ao crédito, funcionários do Banco Grameen fazem visitas aos pobres para conhecer suas realidades e então poder oferecer o empréstimo. O objetivo da ação sempre deve ser o ser humano, e nunca o produto “crédito” (Yunus, 2011).

De acordo com relatório do Banco Grameen, até dezembro de 2012, a organização emprestou 1.974.000.000,00 de dólares; tem 2.914 escritórios; 22.261 funcionários; 2.567 agências; 8.370.000 membros, sendo que 96,23% são mulheres. O valor médio concedido de empréstimo, em cada operação, é de 149 dólares.

4. Microcrédito no Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDES, define o microcrédito como “concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional”. Essa iniciativa é originada, principalmente, pelo incentivo do poder público, ao contrário do que acontece em outros países do mundo.

O Brasil pode ser considerado um dos pioneiros em experimentação de microcrédito, com a criação do Programa UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Propriedades, em Pernambuco em 1983; a criação em 1987 do Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor Ana Terra no Rio grande do Sul - CEAPE/RS, modelo que foi repetido posteriormente em outros Estados; em 1989 o Banco da Mulher/Seção – Bahia passou a trabalhar com microcrédito e posteriormente ampliou seu atendimento ao público masculino (Ribeiro, 2009).

A partir da relativa estabilidade econômica e financeira do país, em 1994, o governo passou a desenvolver políticas de incentivo para essa atividade e, em 1995, foi criada a ONG Portosol, instituição comunitária de crédito, inaugurando um modelo de instituição considerado referência no setor. Este referido modelo foi “baseado na iniciativa do Setor Público e no controle pela sociedade civil e apoiada no princípio da autossustentabilidade das organizações”. Em 1996, o BNDES começa a promover e divulgar o microcrédito por meio do Programa de Crédito Produtivo Popular e, em 1998, o Banco do Nordeste –estatal –implementou o Programa Credi Amigo (Ribeiro, 2009).

Ribeiro (2009) aponta que, do ponto de vista legal, pode ser considerado o marco jurídico do microcrédito a Lei Federal nº 9.790/99, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, que considera o microcrédito como um de seus objetos sociais possíveis. Outro novo marco legal, a Lei Federal nº 11.110/2005, que instituiu o Programa

Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com o objetivo de incentivar a maior integração entre as instituições financeiras (formais com as de microcrédito), garantir rápido acesso ao microcrédito pela população que está à margem do sistema financeiro, expandir o crédito e incentivar as aplicações de investidores de agentes do sistema financeiro, públicos ou privados. As organizações que se habilitam ao Programa Nacional fazem-no pela qualidade de Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO), responsáveis pelo atendimento ao microempreendedor ou de Agente de Intermediação (AGI), que prioritariamente financiam a atuação das IMPO. Ao Ministério do Trabalho e Emprego compete a função de Coordenação do PNMPO.

De acordo com informações do BNDES, atualmente, para a obtenção do microcrédito do PNMPO, é necessário se dirigir aos IMPO, que são 30 instituições financeiras, em valor máximo de R\$ 15.000,00 e juros máximo de 48% ao ano. Os prazos e garantias são negociados diretamente com o agente operador e o empréstimo deve se destinar ao capital de giro e ao investimento de produtivos fixos como máquinas e etc. Já os projetos que utilizem o microcrédito devem ter como objetivo a inclusão social, a complementação de políticas sociais e/ou de promoção do desenvolvimento local.

O Relatório de Dados do Programa de Microcrédito do BNDES do primeiro trimestre de 2013 demonstra que, para o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado foram concedidos, no Brasil, R\$ 1.585.831.159,96 em crédito, representando um aumento de 57,97% em relação ao mesmo período do ano passado, num total de 2.339,057 operações e 929.128 clientes atendidos, sendo que 82,45% do valor concedido foram destinados a pessoas em situação jurídica informal; 64,28% da população atendida são mulheres. Do valor total disponibilizado, 76,30% foram destinados ao ramo comercial. Os contratos realizados concentram-se principalmente no ramo do comércio (78.77%) e estão principalmente localizados nos Estados do Ceará (24,03%), seguidos pelo Estado da Bahia (10,44%), e Piauí (7,83%).

5. Banco Comunitário de Desenvolvimento

O Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) é uma das possíveis vias de acesso ao microcrédito no Brasil. Essa experiência teve início em 1998, com o Banco Palmas no conjunto Palmeiras, em Fortaleza, Ceará. A comunidade do conjunto Palmeiras, sem condições de pagar conta de água e luz, começou a vender suas casas e procurar outro local para morar. Uma pesquisa denominada “mapa da produção e consumo local” mostrou que a comunidade, de aproximadamente 25.000 pessoas, gastava R\$ 1,2 milhão em compras, sendo que 80% desse consumo correspondiam a produtos de outros bairros. Com o objetivo de fazer o dinheiro circular na própria comunidade, foi solicitado um empréstimo inicial de R\$ 2.000,00, em 1998, e com ele foi possível conceder empréstimos para a comunidade, por meio de uma nova moeda local, chamada de “Palmas” (Almeida, 2012).

Segundo informação do Ministério do Trabalho, bancos comunitários são projetos de apoio a economias populares de municípios de baixo IDH, prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, promovendo a Economia Solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão, e contam com o apoio do Instituto Palmas, que é uma OSCIP fundada em 2003 pelos moradores que integram a Associação de Moradores do bairro

Palmeira, com a principal função de fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil e em outros países, e integrando-os em rede. O Instituto Palmas oferece crédito e microsseguro para os outros Bancos comunitários, inclusive para o Banco Palmas.

A manutenção dos BCDs é feita através da captação de recursos públicos e de um fundo solidário de investimento comunitário. Uma importante característica desses Bancos é a criação de uma moeda própria para circular na comunidade em que atua, facilitando o desenvolvimento de uma rede de produtores, comerciantes, consumidores e moradores em geral. Os BCDs oferecem crédito para produção e consumo, para mulheres e homens; crédito para financiamento de empreendimentos solidários; crédito para uso pessoal e familiar sem juros; cartão de crédito popular solidário; abertura e extrato de conta corrente; depósito em conta corrente; saque avulso ou com cartão magnético; recebimento de títulos; recebimento de convênios (água, luz, telefone e etc.) e pagamento de benefícios. A fim de facilitar a circulação da moeda e o desenvolvimento da comunidade, promovem feiras, lojas solidárias e etc. para apoiarem a comercialização dos produtos locais (Magalhães & Melo Neto, 2006).

De acordo com documentos oficiais do Instituto Palmas, os BCDs atuam com duas linhas de crédito, uma em real e outra em sua própria moeda local circulante. Para a criação de um BCD e sua manutenção, é fundamental que haja interesse e participação ativa da comunidade, e que esta se responsabilize pela sua gestão. Atuam em territórios no qual a população não tem acesso ao sistema financeiro, principalmente em municípios de até 50.000 habitantes, para facilitar a operação e desenvolvimento da comunidade. Esses bancos definem o crédito com um meio de desenvolvimento para a comunidade e não como uma finalidade, pois têm como objetivo principal o desenvolvimento sustentável da comunidade e não o tomador de crédito individual. Promovem o desenvolvimento cooperativo e colaborativo e parte do conhecimento da comunidade para obter informações sobre o comportamento do tomador de crédito, para saber se este pode ou não receber o crédito.

Um BCD trabalha com crédito e não com doação, sendo que o dinheiro emprestado precisa retornar ao banco. Para isso, são realizadas visitas de acompanhamento através de funcionários de um BCD para identificar se o tomador de crédito conseguirá honrar a dívida e verificar como o empréstimo está sendo aplicado (Magalhães & Melo Neto, 2006).

Existem no Brasil, atualmente, 103 Bancos Comunitários presentes em 19 Estados, sendo que mais de 30 foram abertos no ano de 2012, o que evidencia a atualidade e a emergência desse modelo de negócio.



Figura 1: Mapa da rede dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil

Fonte: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Disponível em: <http://www.inovacaoparainclusao.com/index.html>

CONCLUSÃO

Com a elaboração deste artigo, foi possível verificar que negócios com objetivos sociais no Brasil podem se basear nos princípios da Economia Social e Solidária (ESS). Esse modelo contribui para gerar renda e, muitas vezes, solucionar as disparidades econômicas que permeiam nossa sociedade, atendendo grupos sociais diversificados e menos favorecidos. Esses novos modelos de negócios se apresentam como um meio para o bem-estar da sociedade e não como um fim em si mesmo.

Nesse contexto estão os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que além dos serviços financeiros, geram impacto social positivo na comunidade, pois contribuem para o resgate ou desenvolvimento da identidade do território, da valorização da diversidade, da economia e da cultura local. Possibilitam que a comunidade se torne autossustentável ou, no mínimo, menos dependente de outras regiões.

Com o estudo bibliográfico foi possível constatar que há diferenças no modo de operação entre o Banco Grameen e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, embora o objetivo da criação e a essência de atuação sejam os mesmos, isto é, fomentar a comunidade local para melhorar a qualidade de vida de seus moradores. O primeiro considera um fator de segurança conceder o crédito ao gênero feminino, enquanto os BCDs não consideram essa questão.

O Banco Grameen não necessita saber e não interfere na finalidade do crédito, pois acredita no potencial criativo e diversificado de seus membros. Um BCD busca saber para qual finalidade o empréstimo será utilizado, com o objetivo de se certificar que a finalidade do crédito promoverá bem estar social. Além disso, utiliza-se do conhecimento de grupos da comunidade

para saber se o tomador de crédito individual conseguirá honrar a dívida. Por outro lado, o Banco Grameen empresta dinheiro para grupos de pessoas como garantia da devolução do crédito.

Os modelos mencionados acreditam na eficácia da gestão participativa e ativa da comunidade e realizam visitas de acompanhamento para identificar se os tomadores de crédito poderão quitar a dívida com o banco ou se haverá necessidade de novos empréstimos.

A realização deste trabalho foi importante para comparar as particularidades de atuação do Banco pioneiro em microcrédito, o Grameen, e os BCDs brasileiros. Essas diferenças são compreensíveis, uma vez que o maior objetivo é o desenvolvimento da comunidade e não um modelo de negócio em si. É fundamental destacar que o respeito à cultura e às necessidades locais devem prevalecer, e não uma imposição de atuação baseada em modelos ou interesses externos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. De morador de Lixão a Banqueiro. 2012. Época Negócios. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Empresa/noticia/2012/04/de-morador-de-lixao-banqueiro.html>> Acesso em: 4 nov. 2013.

ASHOKA. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/sobre-a-ashoka/quem-somos/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Empreendedor: saiba como obter acesso ao microcrédito. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/microcredito_condicoes.html>. Acesso em: 16 out 2013.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Programa BNDES de Microcrédito - BNDES Microcrédito. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/o_que_e_microcredito.html>. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Bancos Comunitários. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/bancos-comunitarios.htm>> Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?Itemid=57&id=61&option=com_content&task=view>. Acesso em: 31 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relatório de dados do programa de microcrédito – 1º. trimestre de 2013. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3F9B2012013FE3CA513C09A6/RELAT%C3%93RIO%20MICROCREDITO%201%C2%BA%20TRIMESTRE%202013.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.

DOWBOR, L. O uso inteligente do crédito. In: Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9, 2013. 178p.

DOWBOR, L. Tecnologia em Rede In: ____Tecnologias Sociais - Caminhos para a sustentabilidade. Brasília, 2009, p.83. Disponível em: < http://www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/tecsoc_camparasust.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

GRAMEEN BANK. Performance Indicators & Ratio Analysis, December 2012. Disponível em: <http://www.grameen.com/index.php?option=com_content&task=view&id=632&Itemid=664>. Acesso em: 18 out. 2013.

HERRERA, C. B. Negócio social: um caso de estudo da empresa Midia.com.net em Aquiraz, Ceará. Ceará, 2013. 191 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Administração de

Empresas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. Inovação para a inclusão socioprodutiva, financeira e bancária. Disponível em: <http://www.inovacaoparainclusao.com/index.html>. Acesso em: 17 out. 2013.

LIMA, C. M. P. Empreendedor social: um estudo de caso. São Paulo, 2013. 87 p. Dissertação (Mestrado em Administração) Curso de Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAGALHÃES, S.; MELO NETO, J. J. de. Bancos comunitários de desenvolvimento – uma rede sob controle da comunidade. Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia. [s.n.] Ceará, 2006. 55p.

PORTUGAL. Governo de Portugal. Agência para Modernização Administrativa. Disponível em: <<http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/AreasdeInteresse/EconomiaSocial>>. Acesso em: 30 out. 2013.

RIBEIRO, D. Microcrédito como meio de desenvolvimento social. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) Curso de Direito, Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E2A24F3012E539EACD463F7/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%20Microcr%C3%A9dito%20como%20Meio%20de%20Desenvolvimento%20Social%20-%20por%20Daniel%20de%20Ara%C3%BAjo%20Ribeiro.pdf>> Acesso em 16 out. 2013.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, 166p.

SINGER, P. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária In: Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9, 2013. 178p.

SPIEGEL, P. Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres. São Paulo: Cidade Nova, 2010. 152p.

TEODOSIO, A. S. S.; COMINI, G. Inclusive business and poverty: prospects in the Brazilian context. São Paulo, v.47, n.3, p.410-421, jul./ago/set. 2012.

YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2011. 343p.